



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 COMARCA DE SÃO PAULO  
 FORO CENTRAL CÍVEL  
 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS  
 PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, SALAS 1618/1624, CENTRO - CEP  
 01501-900, FONE: (11) 2171-6506, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:  
 SP2FALENCIAS@TJSP.JUS.BR

### CONCLUSÃO

Em 01 de março de 2018 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Dr. Marcelo Barbosa Sacramone. Eu, Marcelo Barbosa Sacramone, Juiz Substituto, *subscrevi*.

### SENTENÇA

Processo nº: **1037133-31.2015.8.26.0100 - Recuperação Judicial**  
 Requerente: **BASE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE PETRÓLEO E GÁS S.A. e outros**  
 Requerido: **Schahin Engenharia S/A e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Barbosa Sacramone**

Vistos.

Fls. 35479: Diante da decisão do e. Tribunal de Justiça que determinou a manutenção da penhora quanto à ação noticiada, suspendo o ofício ao processo informado. Eventual desconformidade com a decisão do e. Tribunal de Justiça deve ser submetida ao recurso. A decisão desse juízo, órgão hierarquicamente inferior, não tem o condão de alterá-la.

Fls. 34860: Diante da manifestação do administrador judicial, homologo o lance para a aquisição do lote 401, com deságio de 11,94% do lance mínimo, diante dos diversos lances realizados.

No mais, homologo os autos de arrematação apresentados a fls. 35141 e seguintes. Demonstre o pagamento e aguarde-se o prazo para eventuais impugnações.

#### Convolação da Recuperação Judicial em Falência

O plano de pagamento dos credores não foi cumprido. Diversos credores não foram pagos desde setembro de 2017, conforme as dezenas de pedidos de convolação em falência realizados.

Intimada para demonstrar o pagamento dos créditos trabalhistas, a Schahin se manifestou a fls. 35235, em que requereu prazo suplementar de 10 dias para a demonstração dos pagamentos. Em sua própria petição, a recuperanda narra a falta de pagamento de diversos dos credores.

Passados os dez dias requeridos para a demonstração de pagamentos, inclusive de prestações iniciais aos credores trabalhistas, a recuperanda não juntou nenhum



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, SALAS 1618/1624, CENTRO - CEP**  
**01501-900, FONE: (11) 2171-6506, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:**  
**SP2FALENCIAS@TJSP.JUS.BR**

demonstrativo de que satisfizes suas obrigações.

A fls. 35330, a administradora judicial apresenta quadro de pagamento em que há débitos de R\$ 16.024.027,00, de natureza trabalhista, não satisfeitos e já vencidos, a despeito de a recuperanda ter sido intimada anteriormente, e repetidas vezes, para demonstrar sua satisfação.

Nesse ponto, deve-se destacar que o Estado não deve agir para tentar recuperar empresas que não têm condições de seguir seu propósito e que, dessa forma, não geram benefício social relevante.

As estruturas do livre mercado condenariam empresas em condições insustentáveis, para o bem do sistema econômico e para a sobrevivência saudável de outras empresas. Nesse sentido, não existe razão em se utilizar a intervenção estatal, através do processo de recuperação de empresas, para ressuscitar empresas já condenadas à falência.

Se não interessa ao sistema econômico a manutenção de empresas inviáveis, não existe razão para que o Estado, através do Poder Judiciário, trabalhe nesse sentido, mantendo recuperações judiciais para empresas inviáveis.

E mais.

O sistema de recuperação judicial brasileiro parte do princípio de que deverá haver necessariamente uma divisão de ônus entre devedor e credores, tendo como contrapartida o valor social do trabalho e todos os benefícios decorrentes da manutenção da atividade produtiva.

É bom para o devedor, que continuará produzindo para pagamento de seus credores, ainda que em termos renegociados e compatíveis com sua situação econômica. Também é bom para os credores, que receberão os seus créditos, ainda que em novos termos. Assim, tal mecanismo só faz sentido se beneficiar o interesse social.

O ônus suportado pelos credores em razão da recuperação judicial só se justifica se o desenvolvimento da empresa gerar os benefícios sociais reflexos que são decorrentes do efetivo exercício dessa atividade.

Empresas que, em recuperação judicial, não gerariam empregos, rendas, tributos, nem fariam circular riquezas, serviços e produtos, não cumprem a sua função social e, portanto, não se justifica mantê-las em funcionamento nesses termos, carregando-se todo o ônus do procedimento aos credores, sem qualquer contrapartida social.

Descumprido o plano, está presente a hipótese que justifica a convolação da recuperação judicial em falência.

Posto isso, DECRETO hoje nos termos do artigo 73, IV, da Lei n.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 COMARCA DE SÃO PAULO  
 FORO CENTRAL CÍVEL  
 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS  
 PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, SALAS 1618/1624, CENTRO - CEP  
 01501-900, FONE: (11) 2171-6506, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:  
 SP2FALENCIAS@TJSP.JUS.BR

11.101/05, a falência de **BASE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE PETRÓLEO E GÁS S.A.**, atual denominação de **Schahin Engenharia S/A**, CNPJ nº 61.226.890/0001-49, **SCHAHIN HOLDING S/A** CNPJ/MF sob o nº 07.746.166/0001-09, **SCHAHIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.** CNPJ/MF sob o nº 53.066.577/0001-62, **SCHAHIN SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S/A** CNPJ/MF 03.572.483/0001-97, **SCHAHIN DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S/A** CNPJ/MF sob o nº 08.976.266/0001-86, **COMPANHIA SCHAHIN DE ATIVOS** CNPJ/MF sob o nº 08.078.716/0001-13, **HHS PARTICIPAÇÕES S/A**, **S.M. PARTICIPAÇÕES S/A** CNPJ/MF sob o nº 05.528.707.0001-99, **SATASCH PARTICIPAÇÕES LTDA.** CNPJ/MF sob o nº 04.200.380/0001-69, **CASABLANCA INTERNATIONAL HOLDINGS LTD.**, **DEEP BLACK DRILLING LLP**, **RISKLE HOLDING GMBH**, **MTS PARTICIPAÇÕES LTDA.** CNPJ/MF sob o nº 04.202.902/0001-61

Portanto:

1) Mantenho como administrador judicial **KPMG CORPORATE FINANCE LTDA.** (“KPMG”) CNPJ 29.414.117/0001-01, representada por Dra. Osana Mendonça, OAB/SP nº 122.930, com endereço à Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – 10º andar, 04711-904, São Paulo-SP, devendo ser intimado pessoalmente, para que em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, pena de substituição (artigos 33 e 34).

2) Deve o administrador judicial proceder a arrecadação dos bens, documentos e livros (artigo 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (artigos 108 e 110), para realização do ativo (artigos 139 e 140), sendo que ficarão eles “sob sua guarda e responsabilidade” (artigo 108, parágrafo único), podendo providenciar a lacração, para fins do artigo 109.

3) Fixo o termo legal (artigo 99, II), nos 90 (noventa) dias do pedido de recuperação judicial.

4) Os administradores das falidas devem apresentar, no prazo de cinco dias, a relação nominal de credores, descontando o que já foi pago ao tempo da recuperação judicial e incluindo os créditos que não estavam submetidos à recuperação (artigo 99, III),



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, SALAS 1618/1624, CENTRO - CEP**  
**01501-900, FONE: (11) 2171-6506, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:**  
**SP2FALENCIAS@TJSP.JUS.BR**

se for o caso indicando a possibilidade de aproveitar o edital do artigo 7, § 2º, da Lei n. 11.101/05, para tal, desde que não existam pagamentos durante a recuperação judicial.

5) Devem os administradores da falida cumprir o disposto no artigo 104. A tanto, devem apresentar, no prazo de dez dias, referidas declarações por escrito. Sem prejuízo, no mesmo prazo, devem comparecer em cartório para assinatura do termo de comparecimento. Intimem-se-os por edital e pessoalmente a tanto.

6) Ficam os administradores advertidos, ainda, que para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei n. 11.101/2005, poderão ter a prisão preventiva decretada (art. 99, VII).

7) Determino, nos termos do art. 99, V, a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida (empresa), ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição.

8) Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, sem autorização judicial e do Comitê de Credores (se houver), ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor “se autorizada a continuação provisória das atividades” (art. 99, VI).

9) Determino a expedição de ofícios (art. 99, X e XIII) aos órgãos e repartições públicas (União, Estado e Município; Banco Central, DETRAN, Receita Federal, etc.), autorizada a comunicação “on-line”, imediatamente, bem como à JUCESP para fins dos arts. 99, VIII, e 102.

10) Expeça-se edital, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, assim que apresentada a relação de credores, nos termos do item 4.

11) As habilitações ou divergências deverão ser **encaminhadas diretamente ao Administrador Judicial, através de e-mail a ser por ele informado e criado** especificamente para este fim e informado no referido edital a ser publicado. As habilitações tempestivas apresentadas nos autos e não diretamente ao administrador judicial, como determinado, não serão consideradas para fim de habilitação.

12) Intimem-se, inclusive o Ministério Público.

P.R.I.C.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO PAULO  
FORO CENTRAL CÍVEL  
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS  
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, SALAS 1618/1624, CENTRO - CEP  
01501-900, FONE: (11) 2171-6506, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:  
SP2FALENCIAS@TJSP.JUS.BR

São Paulo, 01 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**